

**CONSELHO FISCAL
CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS FISCAL E
MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**

Aos 29 dias do mês de novembro de 2016, às 09:00 horas na Escola de Formação do Servidor Professor Cleno Vicente, situado à Rua Pará de Minas, 640, Bairro Brasileira – Betim, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal - CF dentre os quais: 1) Gilmar José Jerônimo - representante do Poder Executivo e Presidente do CF e seu suplente Carlos Alberto dos Santos; 2) Robson Marcos de Alcântara – titular representante do Poder Executivo e seu suplente Cláudio Alves de Carvalho; 3) Raimundo Rogério Lima – titular representante do Poder Executivo e sua suplente Vanderléia Pereira Gerônimo; 4) Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo; 5) Inez Maria Pongelupe – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 6) José Roberto Pereira de Araújo – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE) e 7) Paulo Nogueira Fortes – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). Os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) Leonardo Cardoso de Alvarenga – titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP; 2) Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo; 3) Rosemary Galvão da Silva Paula – titular representante do Poder Legislativo; 4) Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 5) Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE); 6) José Braga Vieira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB); 7) Neide Maria Soriani – suplente representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). Pelo IPREMB o senhor Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo; o senhor Raphael Fernandes Rios Prado – Chefe de Divisão Administrativa e Presidente do Comitê de Investimentos – COMINV; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada pelos Presidentes para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Aprovação da Política de Investimentos 2017; 2) Balancetes – setembro e outubro de 2016; 3) Carteira de Investimentos – setembro e outubro de 2016; 4) Dívida do Município; 5) Transição e 6) Censo. O Diretor Executivo Evandro inicia a reunião com a leitura da pauta. Passa a palavra para a Chefe de Divisão de Contabilidade Camila que faz uma explanação sobre os balancetes. A receita de setembro foi de aproximadamente R\$ 22.127.000,00 (vinte e dois milhões, cento e vinte e sete mil reais). A arrecadação de contribuições foi de aproximadamente R\$ 3.850.000,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta mil reais) e a arrecadação patrimonial foi de aproximadamente R\$ 10.454.000,00 (dez milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais). O Diretor Executivo Evandro informa que há parcelas referentes ao parcelamento das dívidas em atraso. Somando três parcelas o parcelamento pode ser anulado. Para evitar a anulação, a Prefeitura Municipal de Betim – PMB reuniu-se com a JEOP (Junta de Execução Orçamentária e Fincaneira) e a equipe de transição ficando acordado o pagamento referente aos meses de agosto e setembro de 2016. Considerando a taxa de juros o montante pago somou aproximadamente R\$ 9.200.000,00 (nove milhões e duzentos mil reais) e será registrado no balancete de novembro de 2016. Ainda estão pendentes os meses de outubro e novembro de 2016. Estão pendentes também as contribuições patronais que irão gerar um novo parcelamento que será registrado no CADPREV, sistema da Secretaria de Previdência Social. O conselheiro municipal Weber comenta que a dívida não pode ser passada para o novo governo tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Diretor Executivo Evandro ressalta que havendo um novo parcelamento deverá ser verificado pela nova gestão, a incorrencia ou não na mencionada lei. Atualmente a PMB deve aproximadamente R\$ 9.200.000,00 (nove milhões e duzentos mil reais) das parcelas em atraso, referentes aos Termos de Acordos de Parcelamentos de Dívidas e o Termo de Confissão da Dívida quando foi criado o IPREMB, além das contribuições patronais, que perfazem um montante

aproximado de R\$ 30 milhões de reais, sendo que passíveis de imediata pactuação para parcelamento, somente R\$ 24 milhões de reais, correspondentes aos meses de MAI/16 a OUT/16. O conselheiro municipal José Braga fala sobre o congresso de conselheiros realizado em Brasília que foi de grande valia. Na ocasião um dos palestrantes reconheceu que a dívida da maioria dos municípios com os institutos é impagável. A situação econômica do país agrava ainda mais a situação. O Diretor Executivo Evandro concorda, mas ressalta que uma gestão efetiva é capaz de melhorar o quadro. Hoje a PMB deve ao Ipremb cerca de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Não há como quitar essa dívida em espécie, mas há outros meios de fazê-la como repactuação da dívida e segregação de massa, além de trabalhar no déficit com a conclusão da dação em pagamento, entre outros. A confissão de dívida da PMB, parcelada em 35 (trinta e cinco) anos, no início do parcelamento era de aproximadamente R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais). Em 10 (dez) anos, devido a forma em que foi calculada, esta dívida está em torno de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e só irá amortizar nos últimos 8 (oito) anos. O Ipremb hoje tem em caixa aproximadamente R\$ 1 (um) bilhão de reais, suficiente para arcar com todos os benefícios ao longo de 20 (vinte) anos. Ainda assim para se atingir o equilíbrio atuarial seriam necessários ter em caixa mais de R\$ 2,4 (dois bilhões e quatrocento mil) reais. A conselheira fiscal Margareth faz duas ponderações: 1º) diz que aprendeu muito sobre investimentos, além de outros assuntos, no Congresso de Conselheiros e pergunta se há possibilidade de fazer um relatório onde se visualize cada fundo, individualmente, incluindo a data de início da aplicação e a data de resgate, bem como a meta e a projeção de ganho; 2º) após participar de duas gestões como conselheira e acompanhar a evolução do Ipremb, preocupa-se com a nova gestão e o fato da mesma querer manter uma boa relação com os conselhos. Propõe uma conversa entre os conselhos e a equipe de transição para apresentarem um perfil de gestor desejável. O Diretor Executivo Evandro imediatamente entrará em contato com Gilmar Mascarenhas, Coordenador da equipe de transição do prefeito eleito. Acrescenta que tudo o que foi solicitado ao Instituto pela equipe foi atendido prontamente dentro do prazo estipulado. As informações estão disponíveis no site do Ipremb: www.ipremb.com.br, no portal de transparência, pasta de transição. Comenta que todos os conselheiros, assim como todos os gestores que passaram pelo Ipremb, deixaram sua parcela de contribuição buscando a solidez do Instituto. Reforça a importância de qualificar os conselheiros, os servidores do Ipremb e os membros das comissões pertinentes para uma boa gestão. Cabe a nova gestão participar, acompanhar, ter conhecimento da nova política, administrar os recursos buscando pagar a patronal e os parcelamentos em dia, concluindo a dação dos imóveis e traçando meios de suavizar a dívida com o Ipremb. Em relação aos investimentos, também é importante qualificar constantemente os membros do Cominv, hoje todos são capacitados e possuem no mínimo CPA-10 (Certificação Profissional ANBIMA), uma exigência do extinto Ministério da Previdência, para melhor deliberar cada ação do Comitê que é extremamente atuante. Lembra que no início do ano, o Instituto foi auditado pelo MPS que analisou todos os investimentos realizados pelo Ipremb de janeiro de 2012 até fevereiro de 2016. Sobre o período de resgate de cada fundo, a planilha apresentada aos conselhos mensalmente discrimina cada data, sendo que o período indeterminado, 95% (noventa e cinco por cento) da carteira, significa que pode ser resgatado a qualquer momento. Há duas formas de fazer investimentos: 1) marcação a mercado, dia a dia, os títulos são contabilizados diariamente, há muita volatilidade; 2) marcação na curva, a taxa é prefixada, não há volatilidade. A rentabilidade dos fundos variam conforme o mercado. Em 2013, 2014 e 2015 principalmente, devido ao período eleitoral houve uma grande variação na expectativa de mercado, o que não possibilitou alcançar a meta. Já em 2016 a meta foi atingida antes do encerramento do exercício. O Presidente do Cominv Raphael acrescenta que em 2013, a maioria dos institutos contabilizaram perda e o Ipremb embora não tenha batido a meta, contabilizou aproximadamente 2% (dois por cento) de ganhos. Fala também da dificuldade de apresentar um relatório fundo a fundo, pois só recentemente uma servidora, membro do Comitê, está exclusivamente encarregada do Cominv. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila retoma a palavra e continua a apresentação sobre a receita do mês de setembro de 2016. Houve arrecadação referente a compensação previdenciária – Comprev no valor de aproximadamente R\$ 4.165.000,00 (quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil reais), montante que foi liberado após

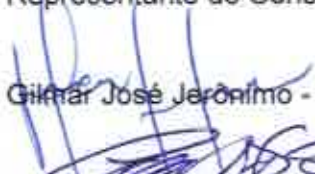
regularização dos processos por parte da equipe da Divisão de Benefícios. Houve também receita referente aos parcelamentos, aproximadamente R\$ 3.369.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta e nove mil reais), destes aproximadamente R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais) de juros e correção monetária. A receita do mês de outubro/16 foi menor em relação a setembro/16, pois além do acumulado do Comprev em setembro não houve pagamento referente ao parcelamento. A receita total foi de aproximadamente R\$ 14.700.000,00 (quatorze milhões, setecentos mil reais). O valor de receita mais expressivo foi da receita patrimonial aproximadamente R\$ 10.529.000,00 (dez milhões, quinhentos e vinte e nove mil reais). A receita de contribuições dos servidores foi de aproximadamente R\$ 3.866.000,00 (três milhões, oitocentos e sessenta e seis mil reais) e Comprev foi de aproximadamente R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais). As despesas do mês de setembro somaram aproximadamente R\$ 8.622.000,00 (oito milhões seiscentos e vinte e dois mil reais) sendo a maior parte gasta com a folha de pagamento, aproximadamente R\$ 5.065.000,00 (cinco milhões e sessenta e cinco mil reais) referente ao pagamento das aposentadorias do Ipremb, a partir de 2006 e aproximadamente R\$ 544.000,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil) referentes às pensões. Foram contabilizados também aproximadamente R\$ 1.947.000,00 (um milhão, novecentos e quarenta e sete mil reais) referente ao pagamento das aposentadorias da Prefeitura, anteriores a 2006 e aproximadamente R\$ 698.000,00 (seiscentos e noventa e oito mil) referentes às pensões. O Diretor Executivo Evandro esclarece que do montante recebido do Comprev, 4 (quatro) milhões de reais, é referente ao período de estoque e pertence a PMB. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila informa que houve em setembro/16 um superávit de aproximadamente R\$ 13.505.000,00 (treze milhões, quinhentos e cinco mil reais). As despesas de outubro/16 contabilizaram aproximadamente R\$ 8.577.000,00 (oito milhões, quinhentos e setenta e sete mil reais). Houve também um superávit de aproximadamente R\$ 6.123.000,00 (seis milhões, cento e vinte e três mil reais). Os relatórios bancários demonstram o saldo corrente nos meses de agosto, aproximadamente R\$ 937.954.000,00 (novecentos e trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais); setembro/16, aproximadamente R\$ 942.706.000,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, setecentos e seis mil reais) e outubro/16, aproximadamente R\$ 949.716.000,00 (novecentos e quarenta e nove milhões, setecentos e dezesseis mil reais). O conselheiro municipal Weber questiona se houve pesquisas de mercado, durante o período eleitoral norte americano, sinalizando como reagiria com a vitória de Donald Trump, presidente eleito nos Estados Unidos, assim como houve pesquisas durante a campanha eleitoral para presidente no Brasil. O Diretor Executivo Evandro responde que o mercado precifica tanto a política nacional quanto a política internacional, falamos sempre em economia globalizada. Por isso a importância da capacitação dos membros do Comitê para entender todas estas questões, para atender os gerentes de investimentos nas reuniões semanais e assim tomar as melhores decisões de onde e quando investir ou efetuar resgate, levando em consideração o mercado financeiro. O conselheiro fiscal Carlos comenta que a participação no Congresso de Conselheiros foi pertinente. Foram discutidos pontos de fiscalização, os números podem ser manipulados, mas os resultados não. Coloca que atualmente o Ipremb tem uma estrutura saudável. Reforça a preocupação em não ter pessoas aventureiras na gestão do Instituto. Acrescenta que há poucas pessoas capacitadas para assumir o cargo e dependendo de quem será nomeado poderá gerar um retrocesso. Ressalta que os trabalhadores devem acompanhar as ações do Ipremb e o Ipremb manter a cadeia de informações. O Chefe da Divisão Administrativa e Presidente do Cominv Raphael pondera que é muito difícil disseminar a cultura previdenciária. Lembra que em 2015 houve a Semana da Educação Previdenciária, onde foram enviados cerca de 10 (dez) mil mensagens via MSN e e-mail aos servidores convidando-os a participar e cerca de 300 (trezentos), compareceram durante todo o evento. Reforça a importância da capacitação do Comitê para gerir a carteira e conseguir bons rendimentos que conseqüentemente é um meio de equacionar o déficit técnico atuarial. Voltando a pauta, apresenta a carteira de investimentos. O mês de setembro/16 o rendimento foi de aproximadamente R\$ 1.558.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil reais) e não foi suficiente para atingir a meta no mês. Alguns investimentos nos fundos FIP (Fundo de Investimentos em Participações), caracterizados pela marcação a mercado e pela curva "J", onde no início o dinheiro investido é retirado para alimentar o empreendimento e ao final o mesmo tem suas

cotas valorizadas, contribuiu com o baixo rendimento da carteira. Estes fundos possuem prazo para resgate, em média, de 10 (dez) anos, que é o tempo em que se leva para maturar o produto investido. Um dos fundos de investimentos FIP possuem investimentos em shoppings centers, como os Shoppings Boulevard Brasília e o futuro Shopping Pampulha (ainda será lançado), sendo que este último teve algumas intercorrências junto ao grupo Pão de Açúcar não sendo contabilizado na avaliação das cotas. O Conselheiro municipal Weber comenta que o Shopping Boulevard Brasília está em funcionamento e deveria ter sido incluído. O Presidente do Cominv Raphael responde que não foi registrado a avaliação do Shopping Pampulha que representa 40% (quarenta por cento) do fundo. O mês de outubro/16 o rendimento permitiu alcançar a meta mensal. O acumulado do ano foi de aproximadamente 100 (cem) milhões de reais, a meta projetada até o presente mês é de 10,68% (dez, sessenta e oito por cento) e o IpreMB atingiu o rendimento de 12,95% (doze, noventa e cinco por cento), superando a meta anual. O conselheiro fiscal Robson fala que é preciso bater a meta anual, mas é importante acompanhar o duodécimo. O Presidente do Cominv Raphael diz que a planilha apresenta o percentual mensal e anual. A conselheira fiscal Vanderleia, tendo em vista a eleição de Trump, pergunta como o mercado reagirá ao longo de 2 (dois) anos. O Presidente do Cominv Raphael responde que a preocupação do mercado é Trump fechar os Estados Unidos para a economia mundial, que refletirá mais negativamente nos países emergentes, como o Brasil e a China. O mercado interno não preocupa tanto com a política em si e com o social, mas na interferência que os mesmos podem gerar nos números. A expectativa é de crescimento econômico para 2018, porém, isso depende dos vários ajustes fiscais, previdenciários e políticos que deverão ser realizados pelo governo. Com a taxa SELIC em alta, a inflação fica controlada. Os juros altos fazem com que empresas deixem de investir em recursos próprios, conseqüentemente param a fabricação, causando desemprego, pois não há consumo que sustente a produção e manutenção de estoques. Os juros baixos geram efeito contrário. A projeção do PIB (Produto Interno Bruto) para o próximo ano é de 1% (um por cento). Porém em relação a carteira é preciso ficar atento à renda variável. Com a SELIC em alta os títulos públicos batem meta. Atualmente 10% (dez por cento) da carteira está aplicada em títulos diretos do tesouro e 52% (cinquenta e dois por cento) em títulos públicos. O Presidente do Cominv Raphael apresenta a proposta da política de investimentos 2017. Houve algumas alterações em relação a política atual. O limite para investir em renda fixa continua sendo de 100% (cem por cento). O percentual permitido para investir em Títulos do Tesouro Nacional passa de 20% (vinte por cento) para 30% (trinta por cento) e o percentual de FI em Direitos Creditórios - aberto passa de 3% (três por cento) para 5% (cinco por cento). Este tipo de fundo por ser aberto pode ser resgatado de acordo com o seu regulamento. Os fechados tem prazo de para resgate definido pelo regulamento e varia de produto para produto. O limite para investir em renda variável subiu de 15% (quinze por cento) para 25% (vinte e cinco por cento); FI em Ações de 12% (doze por cento) para 15% (quinze por cento); FI Multimercado de 0% (zero por cento) para 5% (cinco por cento), este tipo de fundo investe em todos os tipos de papeis. Com a previsão de SELIC em queda este fundo torna-se interessante para aplicação. Por último o FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa que passa de 3,5% (três vírgula cinco por cento) para 5% (cinco por cento). O conselheiro municipal Weber pergunta se é possível aprovar uma política que prevê investimentos por 10 anos, nos casos de fundos fechados, pois tem conhecimento de punições do MPS a conselheiros. O Diretor Executivo Evandro informa que a política de investimentos é anual. Há investimentos na carteira do Ipremb de longo prazo sendo o maior prazo de resgate no ano de 2026. O que se deve levar em conta ao investir em fundos fechados é o fluxo de caixa. Não se deve fazer este tipo de transação se houver necessidade de recursos a curto prazo. O MPS fiscaliza estas situações, bem como o desenquadramento da política aprovada. O Presidente do Cominv Raphael esclarece que o Conselho aprova os limites de aplicação em cada modalidade, quem define os fundos que serão aplicados é o Comitê. O Conselho deve analisar se os percentuais propostos estão coerentes com a Resolução CMN n° 3922/2010. A conselheira Margareth comenta sobre os pareceres equivocados dos órgãos fiscalizadores que nem sempre são qualificados para tratar determinados assuntos e em muitas situações aplicam medidas punitivas, quando o mais preciso seria aplicar medidas educativas. O Diretor Executivo Evandro fala que o MPS permite alterar a política de investimentos com o aval do Conselho a qualquer momento. Há prazo para enviar a política de

investimentos 2017 até o final do mês de dezembro próximo. Cabe aos conselheiros aprovar na presente reunião ou se acharem conveniente deixar para aprovar na próxima reunião. O Presidente do CMP Leonardo ressalta que a carteira do Ipremb tem um perfil conservador. Pergunta como seria uma carteira com perfil ousado. O Presidente do Comitê Raphael responde que seria 30% (trinta por cento) da carteira aplicada em renda variável e o restante em títulos de longo prazo. Para 2017 a proposta é de uma carteira entre conservadora e moderada. O Diretor Executivo Evandro pergunta se a política de investimentos será aprovada. O conselheiro municipal Weber sugere aprovação da carteira e que o CMP faça um convite a equipe de transição para participar da reunião ordinária do mês de dezembro onde será apresentada novamente a política. Os conselheiros concordam e a Política de Investimentos 2017 é aprovada por unanimidade pelos conselheiros municipais presentes: Leonardo Alvarenga, Marcelo da Mata, Rosemary Paula, Andrea Costa, Weber Silva, José Braga e Neide Soriani, com ressalva de apresentar e explanar a pauta com a equipe de transição. Próximo item: Censo Previdenciário. O Diretor Executivo Evandro informa que houve ampliação do prazo de coleta de documentos que se encerraria em 30 de setembro do ano corrente para 30 de outubro do mesmo ano. Ainda assim, compareceram ao censo 75% (setenta e cinco por cento) dos servidores. A listagem dos servidores será enviada à PMB que tem como medida punitiva aos ausentes a suspensão do pagamento. Devido à prorrogação e para tratar e refinar os dados, houve também prorrogação do censo e contrato de estagiários por mais 3 (três) meses para concluir as atividades que deverão ser apresentadas no final do mês de fevereiro. Tempo hábil para fazer o cálculo atuarial 2017 que deve ser encaminhado ao MPS até março próximo. O cálculo atuarial realizado em 2016 apontou um déficit atuarial de aproximadamente R\$ 830.000.000,00 (oitocentos e trinta milhões de reais). Há expectativa de queda deste valor com os dados consolidados pós censo. Encaminhará por e-mail aos conselheiros o estudo atuarial 2016. Agradece a Superintendência de Tecnologia da Informação - STI, do qual o conselheiro fiscal Robson coordena, por disponibilizar computadores e assistência para continuar as transcrições das informações recolhidas durante o censo. Informa também que houve uma reunião com o pessoal do Sistema Aspprev, sistema de informação adotado pelo Instituto, que será adequado para atender a demanda do censo e esta adequação poderá gerar gastos. O conselheiro municipal Weber pergunta se é possível apresentar a documentação de contribuição antes da aposentadoria, pois atualmente a documentação só é averbada em seu requerimento. O Diretor Executivo Evandro responde que algumas prefeituras incluem no edital do concurso a apresentação das certidões de tempo como documentação obrigatória para posse, mas o município de Betim não adota embora tenha recebido tal sugestão. A conselheira municipal Rosemary pergunta como ficará a situação dos 25% (vinte e cinco por cento) dos servidores que não compareceram ao censo. O Diretor Executivo Evandro responde que cabe ao novo governo tomar as medidas cabíveis. Em relação ao cálculo atuarial, 75% (setenta e cinco por cento) de informações consistentes ajudam na projeção do equilíbrio atuarial, mas não fica fiel a realidade do município. Ressalta mais uma vez a importância da cultura previdenciária e acrescenta que todo servidor deveria ter conhecimento mais amplo do Estatuto do Servidor, da legislação que trata dos planos de cargos e da legislação previdenciária. O conselheiro fiscal Robson pergunta quantas aposentadorias por invalidez são concedidas por mês. O Diretor Executivo Evandro informa que o número de aposentadorias por invalidez reduziu significativamente nos últimos anos comparados ao período de 2006 a 2009, quando iniciou o levantamento. Apresentará na próxima reunião os números concretos. O conselheiro municipal Weber diz que no Congresso de Conselheiros abordaram o assunto da incorporação de gratificações. O Diretor Executivo Evandro diz que a legislação está mudando constantemente. Atualmente as verbas fixas são incorporadas nas aposentadorias calculadas pela integralidade. Os servidores têm opção de escolher sua contribuição, base ou bruto. Compromete o equilíbrio financeiro e atuarial as altas aposentadorias sem tempo mínimo viável de contribuição. Próximo item de pauta: Transição. O Diretor Executivo Evandro comunica que a equipe de transição autorizou a prorrogação de convênio dos servidores cedidos para o Instituto por 100 (cem dias) onde será avaliada a necessidade de mantê-los. Comenta que o Instituto participou pelo segundo ano do Prêmio Boas Práticas de Gestão Previdenciária. No primeiro ano do mandato, avaliação de 2013-2014, não houve participação; no segundo ano, avaliação de 2014-2015, o Ipremb alcançou o 7º lugar na categoria grande porte e no terceiro

ano, avaliação de 2015-2016, o Instituto ficou em 5º lugar. Sugere aos conselhos acompanharem a nova gestão e propor a participação para avaliar o quarto ano e os anos subsequentes. O Prêmio é interessante, pois estimula a boa gestão na prática da transparência, da ética, dos investimentos... Lembra que em 2013, O Ipreamb teve suas contas julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE que aprovou sem ressalvas. Em relação aos investimentos informa que o MPS criou o PRÓ-GESTÃO, espécie de ISO para os Regimes Próprios de Previdência Social, onde os institutos precisam aderir para se enquadrarem como investidor qualificado de pequeno, médio ou grande porte. O Ipreamb entrará na categoria grande porte, aquele que tem patrimônio acima de 1 (um) bilhão de reais. Sobre a dação, o Diretor Executivo Evandro informa que a documentação referente a área do Parque de Exposição já está regularizada. A equipe de transição está ciente da importância da dação para o Instituto e principalmente para o Município. Acredita que não haverá problemas em concretizá-la no próximo governo que terá como prefeito um empreendedor. A conselheira fiscal Margareth apresenta o Regimento Interno - RI - do Conselho Fiscal que foi anteriormente discutido pelos membros enviado por e-mail para apreciação e aprovação na presente reunião. O Presidente do CF Gilmar coloca o RI em aprovação que é aprovado por unanimidade todos os conselheiros fiscais: Gilmar Jerônimo; Carlos Santos; Robson Alcântara; Cláudio Carvalho; Raimundo Rogério Lima; Vanderleia Gerônimo; Margareth Butori; Inez Pongelupe; José Roberto Araujo e Paulo Fortes. Fica a próxima reunião agendada para o dia 15 de dezembro, às 09 horas, na Escola de Formação do Servidor. A mesma será conjunta entre os dois conselhos. Tendo discutido todos os itens de pauta e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Representante do Conselho Fiscal


Gilmar José Jerônimo - titular representante do Poder Executivo e Presidente do CF


Carlos Alberto dos Santos – suplente representante do Poder Executivo

Robson Marcos de Alcântara – titular representante do Poder Executivo

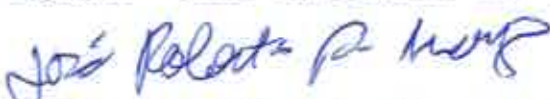
Claúdio Alves de Carvalho – suplente representante do Poder Executivo


Raimundo Rogério Lima – titular representante do Poder Executivo


Vanderleia Pereira Gerônimo – suplente representante do Poder Executivo


Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo

Inez Maria Pongelupe – titular representante dos servidores ativos da Educação (SINDUTE)


José Roberto Pereira de Araújo – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE)


Paulo Nogueira Fortes – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Representantes do Conselho Municipal de Previdência:

Leonardo Cardoso de Alvarenga – titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP

Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo

Rosemary Galvão da Silva Paula – titular representante do Poder Legislativo

Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos da Educação (SINDUTE)

Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos da Saúde (SINDSAUDE)

José Braga Vieira – titular representante dos servidores ativos da Administração (SINDSERB)

Neide Maria Soriani – suplente representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB)

Representantes do IPREMB

Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo

Raphael Fernandes Rios Prado – Presidente do Comitê de Investimentos – COMINV

Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade

Darlene Rocha Nunes Rodrigues – Secretária para o ato.